

38º Encontro Anual da ANPOCS
27-31 de Outubro de 2014, Caxambu – MG
SPG 21 – Sociologia e Antropologia da Moral (Coordenadores: Jussara Freire e
Gabriel David Noel)

Insulto Moral e Quebra de Confiança em Relações de Intensa Pessoalidade

Raoni Borges Barbosa (GREM/PPGA/UFPB)
raoniborgesb@gmail.com

O presente trabalho aborda o fenômeno da intensa pessoalidade em um bairro periférico da cidade de João Pessoa, Paraíba (BARBOSA, 2014), a partir de questões como insulto moral e quebra de confiança em relações entre iguais. Este espaço interacional de fortes laços familiares e vicinais torna-se ainda mais tenso e conflitual em suas trocas simbólicas em razão do estigma que a cidade lhe imprime: como bairro violento, perigoso e vetor de impurezas.

A ambiguidade e ambivalência perpassam a identidade individual e coletiva do morador do Varjão/Rangel. No mesmo discurso, ele demonstra uma relação de amor e ódio com o bairro, afastando, quando lhe convém, a identidade Varjão em detrimento da identidade Rangel, porém, recorrendo à primeira para localizar e acusar aspectos vergonhosos, constrangedores e humilhantes no bairro, de modo que o Varjão existe como passado superado ou como área-problema, mas, jamais, como realidade imediata do morador.

Prado (1998) aborda esta questão da intensa pessoalidade a partir da análise da dinâmica do sistema de relações pessoais de uma pequena cidade do interior, em que todos se conhecem e assim se orientam com base em uma economia da dádiva, da fama e do prestígio. O indivíduo moderno existe somente enquanto ideologia e desideratum, ao passo que a pessoa, as relações pessoalizadas, a fofoca e o controle sociais intenso mediante o constante ver e ser visto, reconhecido e classificado hierarquicamente, operam a todo instante uma lógica societária de confiança quase que absoluta. Dentro desta mesma lógica societária, contudo, atuam elementos tensionais de constrangimento, vergonha e de medos cotidianos quanto à possibilidade de perder a face.

Scheff (1990, 2001, 2008, 2013, 2013a, 2014), neste sentido, entende as formações sociais de intensa pessoalidade, como as descritas por Prado (1998) e as que até então tem se verificado no Varjão/Rangel, com base no conceito de engolfamento, desenvolvido a partir de sua leitura das noções eliasianas de interdependência, vergonha

e figuração social. Para Scheff, uma figuração social caracterizada pelo engolfamento apresenta cadeias de dependência não necessariamente longas, entre os indivíduos, mas que imprimem uma lógica de compartilhamento e engajamento intenso de amplos aspectos da personalidade individual. O impacto da emoção vergonha, em sentido amplo, seja como embaraço, constrangimento, humilhação ou estigma, se percebe na vigilância e no controle social do olhar desindividuator do grupo sobre o indivíduo, coagindo-o a subsumir-se nas possibilidades comunicacionais da figuração social em que se desloca como unidade actancial em dependência dos demais atores sociais.

Os elementos estigma e intensa pessoalidade, uma vez combinados em um espaço interacional de características próximas ao da cidade pequena que inspirou a análise de Rosane Prado, o bairro do Varjão/Rangel, geram um discurso de desculpas e acusações que negam ou hierarquizam os vínculos sociais que revelam o pertencimento do morador ao bairro. Esta administração da tensão e de um conjunto de informações tem por intuito, na visão do morador, evitar que sua identidade se apresente como deteriorada, no dizer goffmaniano, ao olhar da cidade e dele mesmo.

O discurso da impessoalidade, assim, busca desviar a atenção do olhar estrangeiro das formas de alocação e das estruturas de envolvimento reais do Varjão/Rangel, sugerindo, ato contínuo, um cenário condizente com as aspirações morais dos moradores do bairro, qual seja: de vizinhança solidária, de pessoas de bem, em que não se tem nada contra ninguém. Cabe frisar que, na fala do morador, é recorrente a assertiva de que os vínculos de amizade, no bairro, se reduzem a um mínimo de encontros, contatos e trocas de amabilidade e cortesia entre vizinhos que se confrontam continuamente, mas que buscam preservar espaços de intimidade e situações de privacidade.

A situação do bairro se apresenta deste modo, deveras interessante, se analisada com base nesta argumentação, haja vista que este Nós Relacional que compõe a sociabilidade do Varjão/Rangel é negada, circunstancial e oportunamente, pelo morador. Morador este que se lança, desta forma, em uma situação de ambiguidade e ambivalência, não sem constrangimentos e sem incorrer no perigo sempre latente da quebra de confiança (KOURY, BRITO, ZAMBONI, 2013) e do insulto moral, mas logrando, contudo, preservar os vínculos de solidariedade e semelhança entre parentes e vizinhos no Varjão/Rangel.

A desculpa aparece como recurso de manutenção de vínculos sociais tensos mediante a circunstancialização da normatividade, como pontua Werneck (2009, 2011, 2011a), o que resulta em um espaço de liminaridade (TURNER, 1974) na qual se estabelece a identidade do morador. Esta intensa pessoalidade é justamente o oposto do que postula, por exemplo, Álvaro Pires (2010) com seu conceito simmeliano de estrangeirice: justamente a liberdade política, moral e teórica que está ausente em um espaço societal de intensa pessoalidade.

O insulto moral, aqui entendendo a partir de Cardoso de Oliveira (1996, 2008, 2011), permanece no âmbito mais pessoal e informal do jogo interacional, configurando pequenos gestos e insinuações que buscam, em linguagem goffmaniana, desfigurar o outro a quem se dirige a ofensa. Trata-se, desta forma, de uma estratégia sutil e muitas vezes subliminar de amedrontar e envergonhar o outro, lançando-o em uma situação de perda da face e de intenso desconforto interior.

O insulto moral, ao instituir uma situação de quebra de confiança no jogo interacional, assume uma retórica e uma performatividade própria de modo a provocar toda uma gramática emocional de sentimentos de injustiça (MOORE Jr., 1987), ressentimento e indignação moral. O local (TRAJANO, 2010) de trocas materiais e simbólicas, com efeito, sofre uma reconfiguração em razão do conflito que ali se instaura como forma de sociação (SIMMEL, 1970, 1983, 1983a, 2013).

O insulto moral pode assumir a dimensão da humilhação ou, no dizer de Thomas Scheff (1990), da vergonha desgraça. Este sentimento de elevados custos emocionais para o indivíduo e para a figuração social em que se situa, pode vir a irromper em ações pautadas em sentimentos de ira/raiva que redundam, conforme discorre Cláudia Coelho (2010) valendo-se de análises interacionistas devidas a Jack Katz (2013), na violência banal cotidianamente verificada em situações acentuadamente marcadas pela pessoalidade e pelo estigma.

Nas interações coletivas, o “Nós relacional” deposita no indivíduo a confiança que o permite armar-se de uma coragem além de sua própria unidade psíquica, mas somente enquanto parte de uma figuração social dada. Neste sentido, o arriscar-se, o ter coragem, é fortemente condicionado por sinais de confiança por parte do outro relacional. O disciplinamento social ao qual o indivíduo está submetido em seu processo

de nascer para o mundo o predispõe, assim, a práticas sociais relativamente seguras, mas sempre tensionada por riscos e incertezas.

Os sinais de confiança podem, contudo, se tornar ambíguos e ambivalentes em situações sociais tomadas pela vergonha desgraça e por uma lógica generalizada de desculpas de si e acusações do outro. As fronteiras e hierarquias simbólicas que marcam as diferenças entre as boas e más pessoas, assim, podem vir a ser invisibilizadas (HUGHES, 2013). Este processo de falência moral se verifica, entre outros, quando segredos de polichinelo (BOLTANSKI, 2012) contaminam a vergonha cotidiana como elemento central de uma sociabilidade ou cultura emotiva, comprometendo o giroscópio moral dos atores sociais em jogo comunicacional.

A quebra de confiança é vivenciada pelo indivíduo quando o giroscópio moral que norteia suas ações cotidianas é traído pelo outro relacional. A vergonha cotidiana, assim, enquanto indicador de normalidade nos processos de trocas materiais e simbólicas que compõem os jogos de ação é abandonada por um ator que destaca as possibilidades de negociação do bem de si com o bem do outro, de maneira que disputas morais tomam a cena.

A confiança é entendida aqui como o sentimento e o processo moral que aponta para a predisposição do indivíduo de construir e preservar vínculos sociais, apesar de todos os riscos e perigos inerentes. Traz consigo, assim, todas as possibilidades de constrangimento implicados na tensão permanente de um jogo interacional.

O confiar, neste sentido, muito embora pontue uma situação rotineira de normalidade e de solidariedade, está preenchido por segredos, ressentimentos, sentimentos de traição e por imposições hierárquicas continuamente negadas e constantemente negociadas, conforme analisa Koury (2002, 2008). A confiança, deste modo, se alimenta de desculpas cotidianas que suavizem o rigor da moralidade enquanto abstração.

Koury (1994, 1995, 2000, 2002a, 2005, 2005a, 2008a, 2010, 2011, 2012, 2013) destaca a centralidade dos medos na construção do espaço societal, em uma proposta de observação das situações mais ordinárias, comuns e banais do dia-a-dia do personagem anônimo situado no espaço urbano da modernidade brasileira. Entende, assim, os medos e os medos corriqueiros de ajuntamentos e situações específicas a partir de emoções como amizade, pertencimento, coragem e sofrimento social.

Os medos, ao lado da vergonha, perfazem as emoções centrais de uma sociabilidade, formando e informando seus aspectos morais, tais como os meios e fins da ação, que o social moralmente legitima para os jogos de ação dos atores sociais. Assim que, ao tratar da quebra de confiança e do insulto moral em um espaço interacional dado dentro de uma perspectiva etnográfica, como se pretende neste trabalho, aparece a questão mais ampla da própria constituição de uma cultura emotiva e de uma moralidade historicamente situada.

O universo de pesquisa: um espaço de tensões, medos e vergonha, quebra de confiança e insulto moral

A vergonha cotidiana que caracteriza a lógica societária da vida dos personagens anônimos do bairro do Varjão/Rangel informa elementos bem específicos da convivência de vizinhos e parentes organizados em redes de ajuda mútua e de vigilância dos gestos, ações e sentimentos do outro. Esta intensa pessoalidade, identificada desde o momento de inserção do pesquisador no bairro, está inscrita nas ruas do bairro com seus inúmeros pontos de encontro: vizinhos se reúnem em rodas nas calçadas de frente de casa para o lazer e para pequenos trabalhos, assim como nos muitos bares, bodegas, mercadinhos, casas de jogo e aposta, igrejas e casas de oração, cabeleireiros, padarias e na grande praça do bairro.

A arquitetura das moradias, muitas delas com seus puxadinhos e vilas distribuídas lateralmente, quando não se tratam de residenciais mais organizados em dois ou três andares, significam, algumas vezes, a presença de famílias extensas vivendo lado a lado: mães, avós, tios, filhos e primos dividem a mesma casa, que se estende para os fundos conforme vão chegando novos membros da família, quer isto se trate de uma nova geração ou mesmo de parentes interioranos que se apóiam nesta rede de parentesco e vizinhança para organizar o êxodo para a capital em busca de inserção no mercado de trabalho.

Neste espaço onde todos se conhecem como moradores do Varjão/Rangel, o sentimento de pertença tem por base o compartilhamento de afetos, histórias de vida, laços de sangue e elementos simbólicos que cimentam códigos de semelhança e dessemelhança. Códigos estes que regulam a oscilação dos discursos entre o amor e o ódio, assim como o envolvimento e a negação de si e do outro enquanto pertencente àquela sociabilidade.

A identidade do morador do bairro se encontra fortemente vinculada à construção daquela paisagem humana e urbana através de três ou mesmo quatro gerações. A Associação dos Moradores do Rangel, neste sentido, informa estar ali presente na forma de um modesto casarão senhorial desde a década de 1949: sempre fechada, a construção se encontra ainda em bom estado de conservação e aponta para a condição do bairro, aqui considerado pela Associação no tempo da afixação da placa comemorativa, já com o nome do bairro como Rangel, como parte do centro antigo da cidade, ainda que não pertencente à parte mais nobre da cidade velha da Capital.

Este artigo centra sua análise no espaço interacional de um residencial, no bairro do Varjão/Rangel, aqui denominado de Residencial X. Os residenciais são espaços de moradia, bastante comuns no Varjão/Rangel, compostos por pequenas unidades residenciais de até dois quartos, que abrigam famílias expostas a um convívio vicinal intenso em suas zonas comuns e mesmo em seus ambientes privados. A forma dos residenciais intensifica o contato e a extrema pessoalidade aos que nele habitam.

Aqui cabe ressaltar o processo de intensa urbanização e verticalização das moradias que vem ocorrendo no Rangel/Varjão nos últimos anos. Neste sentido, a lógica societária de estreitamento físico e social que se verifica no Residencial X vem se expandindo por todo o bairro, já caracterizado pela pessoalidade intensa de seus becos e aglomerados subnormais.

O Residencial X é formado por pequenos apartamentos, tipo kitnet (quarto, sala, cozinha e banheiro distribuídos em não mais que trinta metros quadrados), onde moram famílias pequenas de duas a quatro pessoas. Em sua maioria mães solteiras, com seus filhos, ou mesmo casais, ocupam os kitnets, e estão sempre se encontrando no pequeno estacionamento do Residencial, na sacada e nos corredores do mesmo.

A maioria dos apartamentos para aluguel apresenta uma rotatividade relativamente alta, com uma permanência de famílias entre três e seis meses no local. A visibilidade de cada vizinho é extrema, uma vez que só existe uma entrada/saída para cada andar que comunica os apartamentos entre si com a Rua São Judas Tadeu. Os dois andares, por sua vez, estão dispostos de forma tal que varandas vazadas permitem a visibilidade de todos os apartamentos, bem como, não seria exagerado dizer, de todo fluxo comunicacional possível entre seus habitantes. O único espaço em que se faz

possível estender a roupa lavada é justamente ao redor das varandas vazadas, ou seja, imediatamente à frente dos apartamentos.

O Residencial X compreende um pequeno prédio de dois andares, onde vinte apartamentos se organizam em duas fileiras verticais sobrepostas. Como mostra a Figura 1, que representa o andar superior do residencial com destaque para o apartamento do pesquisador (210), há cinco apartamentos em cada lateral do andar, sendo estes comunicados por um corredor quadrangular, cujo centro é vazado, permitindo, assim, conversas entre vizinhos de cima e de baixo. Com efeito, o residencial consiste em uma possibilidade sempre atualizável de intercâmbio de informações incorporadas, focadas ou desfocadas (GOFFMAN, 2010).

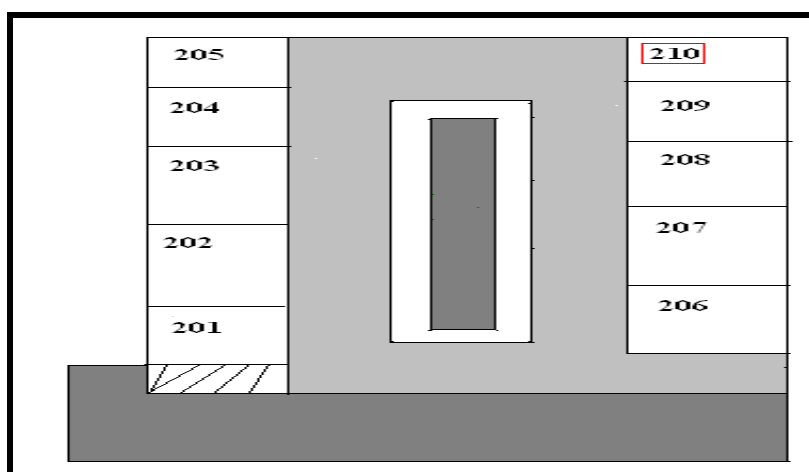


Figura 1 – Planta aproximada do piso superior do Residencial X

Não bastassem as paredes finas dos apartamentos conjugados, ocorre que eles estão posicionados de frente para a fileira oposta de apartamentos, compreendendo a distância entre uma e outra fileira não mais do que cinco metros. Este arranjo (Fotos 1 e 2) permite a visualização das salas de quase todos os apartamentos da fila oposta, bem como a audição do que se passa no vizinho, seja o balançar da rede, durante a noite, seja o som das televisões e dos aparelhos de música, geralmente à tarde.

Os corredores funcionam não somente como via de passagem, mas é ali onde também se entabulam conversações banais, bem como se estende a roupas nos varais, sempre à vista de todo o residencial. Na entrada do residencial, o corredor assume a forma de uma varanda ou sacada, de grande importância para os fluxos comunicacionais e para a interação face a face entre os vizinhos.



Fotos 1 e 2 - Vistas internas do Residencial X

Naquele espaço se encontram as crianças e adolescentes, no fim da tarde, para a fofoca e para a observação da Rua São Judas Tadeu, sempre agitada com seu movimento de carros, motos, ônibus, bicicletas, carroças, e transeuntes. Ao anoitecer, quando os adultos voltam de seus respectivos trabalhos para o residencial, este espaço é ressignificado como área para as conversas entre os moradores sobre os demais vizinhos e sobre os problemas infraestruturais do prédio. Trata-se de área bastante disputada e de grande visibilidade, permitindo, em contrapartida, a observação dos demais vizinhos em seus apartamentos.

Não por acaso a administração do Residencial X escolheu aquele lugar para afixar as normas de boa convivência do prédio, seu plano de metas para a melhoria das instalações do mesmo e, algo deveras constrangedor, informações sobre os maus pagadores do residencial. O estacionamento do residencial assume, para os moradores do térreo, um uso bastante semelhante ao da varanda situada no andar superior.

Não raro é possível ver um vizinho de toalha ou em trajes mínimos pelos corredores a conversar com os demais. Assim como o som alto de cada apartamento, seja nas conversas, seja nas músicas que se revezam ou se sobrepõem, disputando o silêncio e revelando os humores de cada morador. Interessante que a música varia de estilo conforme varia o apartamento, o horário e o sentimento que se quer comunicar aos vizinhos, seja de alegria, de dor, de religiosidade, de amor, de perda e outros tantos. O som alto, assim, promove o reconhecimento mútuo.

A intensa pessoalidade, presente como proximidade física e social consideráveis, encontra na disposição arquitetônica do residencial um mecanismo de ressonância para o ver e ser visto de forma quase que ininterrupta. Este cenário exige uma negociação tensa e contínua entre os moradores, gerando cenas cotidianas de disputas morais, de poder e conflitos que se estendem temporalmente como intrigas que afetam moradores específicos e envolvem, às vezes, todos os moradores do Residencial X.

Os custos sociais e emocionais para a manutenção da *linha* de cada morador é somente possível mediante práticas de evitação que cada um busca por realizar. Não menos importante, é o acordo tácito de estruturar os espaços comuns e públicos do residencial a partir de uma lógica de desorganização normativa minimamente tolerável (GOFFMAN, 2010; 2012).

Este esforço de evitação do outro e de cenários de enfrentamento direto ou indireto, assim, permite que, a um só tempo, os moradores invadam os corredores do residencial e se ignorem reciprocamente. Como, por exemplo, no uso da música em alto volume e em propostas estéticas variadas, como o gospel, o sertanejo, o brega, de boate e outras.

Esta prática significa não somente uma afronta, isto é, uma forma de disputa moral sobre os espaços comuns do residencial, mas também uma estratégia de aproximação do outro mediante o revelar-se de si mesmo enquanto subjetividade, memória afetiva, sentimento religioso, humores e angústias cotidianas. Práticas de evitação e estratégias de aproximação estas que podem ser identificadas em uma mesma ação, apontando, assim, para a ambiguidade latente nas negociações cotidianas no interior do residencial.

Interessante notar, neste sentido, como cada morador do residencial busca classificar a presença de um morador estranho, como no caso da presença do pesquisador, de maneira a fortalecer positivamente os elementos de sua linha e de sua fachada dentro do prédio. Quando confrontado com seus equívocos, procura salvar a sua fachada reorganizando a dinâmica interacional do ajuntamento, em sentido goffmaniano (GOFFMAN, 2010, p. 28), que ali acontece.

Goffman, de acordo com Giddens (2013, p. 291), é enfático ao descrever o espaço interacional como um mundo altamente moralizado de vínculos sociais que constrange física, moral e emocionalmente o ator social a se apresentar como uma multiplicidade de

“Eus”, situados em sistemas variáveis de posições, hierarquias, fronteiras, papéis e poder sociais próprios. Cada um destes sistemas, dotado de códigos singulares que regulam o tráfego humano ordinário e a economia de apresentação da linha e da fachada de cada ator (GOFFMAN, 2010), informa, com todas as ambiguidades e ambivalências próprias do social enquanto figuração contingente de sentidos, o estado atual das disputas morais que expressam publicamente a qualidade de atos apropriados e inapropriados para cada categoria de ator que ali se desloca.

O esquema conceitual goffmaniano é sintetizado na ideia de ordem social, na qual se percebem os ajuntamentos, situações e ocasiões sociais em que cada ator busca uma forma possível de encaixe. Trata-se, assim, da forma social moralmente afiançada por consensos atuais, mas sempre tensa e conflitual, na qual os atores buscam realizar-se enquanto subjetividades axiologicamente marcadas.

Nas palavras do autor:

“[...] uma ordem social pode ser definida como a conseqüência de qualquer conjunto de normas morais que regulam a forma com a qual as pessoas buscam atingir objetivos. O conjunto de normas não especifica os objetivos que os participantes devem buscar nem o padrão formado pela (e através da) coordenação ou integração desses fins, e sim meramente os modos de buscá-los”. (GOFFMAN, 2010, p.18).

O conceito de ordem social, - pensado como indicador de uma moralidade, - situa a subjetividade como elemento que movimenta e dá vida ao social dentro de parâmetros norteadores da ação, indicando, assim, a ação legítima e esperada pelo outro relacional (BRITO, 2011; BOURDIEU, 1971; RIVERS, 1971). Os conteúdos sociais da ação, destarte, muito embora não façam parte da ordem social, são por ela tangenciados enquanto possibilidades de realização legítima, de modo que constrange cada ator social a estratégias rituais de encaixe, nas quais se faz possível manter linhas de conduta e preservar fachadas de identidade.

O Residencial X constitui um ambiente interacional e comunicativo pródigo de momentos em que se percebe o quanto uma ordem social é fundamentada em tensões, conflitos, disputas e negociações constantes, que se acomodam segundo uma geometria deveras variável e elástica. Situado no bairro do Varjão/Rangel, o residencial está sujeito

a uma classificação estigmatizante na cidade de João Pessoa e no discurso e na imagem de cada morador do bairro, haja vista que a nomeação oficial do lugar (Varjão) contamina a nomeação oficiosa (Rangel) como esforço moral de integração do bairro nos padrões morais modernizantes da cidade.

Este cenário, contudo, se faz mais interessante em razão da impossibilidade de uma diferenciação interna segura e definitiva, na forma de uma fronteira simbólica evidente entre os moradores do bairro, segundo esta hierarquização dicotômica. Disto resulta que todos os moradores do bairro podem ser incluídos e se incluem, conforme a conveniência e a oportunidade, para o exercício de desculpas e acusações, assim que a situação exija (WERNECK, 2009), tanto no Varjão quanto no Rangel, aludindo ambas as nomeações a um único e mesmo território, mas a espaços, tempos e padrões sociais diametralmente distintos e excludentes (TRAJANO, 2010).

Ao contrário do que descreve Elias (2000) em Winston Parva, no Varjão/Rangel não se faz possível identificar uma separação entre estabelecidos e outsiders, entre os que envergonham e amedrontam com padrões de conduta, demandas morais e fofocas, e os que se esforçam em se encaixar neste modelo superior de ser e parecer um ator social honrado. Da mesma forma, o estigma se repete no residencial para todos os moradores, sem exceção.

Neste ambiente, o exercício continuado da copresença atua na estruturação de linhas e fachadas por parte de atores sociais que buscam preservar suas noções de honra, dignidade e orgulho na administração dos medos corriqueiros e da vergonha cotidiana que cimentam esta sociabilidade. Os perigos e o desconforto da copresença, inerentes à apresentação do “Eu” e da percepção das possíveis identidades do outro na forma de transmissão incorporada de informações linguísticas e expressivas, coloca o ator social como um jogador em um jogo ritual, mas também como uma imagem construída em processo interacional.

Esta imagem ou fachada, sempre passível de ser perdida ou desfigurada, deve ser preservada pelo ator social sob pena de que este seja privado de seu orgulho, honra e dignidade. Este arcabouço emocional construído e realizado nas relações sociais e sem o qual o ator social se veria catapultado a uma situação de não pessoa no espaço interacional, somente se preserva mediante um exercício ininterrupto de controle

cognitivo e emocional: o aprumo (GOFFMAN, 2012) para o envolvimento nos ajuntamentos e situações que legitima a ordem social.

Em situações de longa copresença como a identificada no Residencial X, todo ato se torna potencialmente indicativo de um envolvimento do ator social, donde resulta a importância do que Goffman (2010) entende por desatenção civil. Ou seja, desta forma primeira e sutil de perceber o outro no jogo comunicacional como ator social não ameaçador, permitindo-lhe a acessibilidade para as trocas simbólicas.

Não raro fica evidente o quanto esta cortesia mínima, adquirida em um processo custoso de socialização para a habilidade social adequada, implica em estratégias de cegueira diplomática e refinada administração das tensões e das informações sensíveis que a qualquer momento podem irromper na forma de insultos morais entre os moradores do residencial. Estas fronteiras simbólicas, uma vez desrespeitadas por atos ou atitudes que possam a vir ser interpretados como insulto moral e quebra de confiança, comprometeriam alianças, acordos e negociações tacitamente acomodados de boa convivência.

Neste sentido, cenas reiteradas de violência doméstica por parte de um dos vizinhos foram, conforme relatadas ao pesquisador e mais discutidas adiante, classificadas como assunto privado do casal. Muito embora o escândalo se fizesse facilmente audível e também visível, em alguns casos, se preferiu passar por alto este evento que, uma vez levado às autoridades policiais, poderia envergonhar e humilhar todo o residencial.

Este intenso exercício de cegueira diplomática exige de cada morador uma flexibilização não somente utilitarista de suas respectivas normalidades normativas, mas também a elaboração de um discurso de desculpas e acusações bastante criativo. Discurso este que lhe permite uma dissociação, desde que oportuna, da sua fachada individual da imagem que se tem do residencial e do bairro do Varjão/Rangel enquanto espaço societal problemático e estigmatizado.

A moradora do 201, em uma breve conversa informal com o pesquisador na presença do morador do 204, classificou os vizinhos de gente fofoqueira e enxerida. Segundo ela, os vizinhos, por despeito, se reuniam na varanda do residencial para a prática habitual da fofoca contra a sua pessoa, ainda que ela não fizesse nada contra ninguém.

Em uma breve síntese de sua classificação das hierarquias e fronteiras invisíveis entre os moradores, a moradora do apartamento 201 afirmou seu orgulho e sua dignidade como alguém que vive de encomendas de artesanato. Neste momento, a senhora não somente mostrava euforicamente suas pequenas peças de crochê, como também apontava para a sua TV de plasma (Fotos 12 e 13), símbolo de status evidenciado em todo o residencial, que tomava quase toda a parede da sala do seu apartamento.



Fotos 3 e 4 – Artesanato e TV de plasma

Não fosse o imóvel próprio, dizia ela, já teria deixado o bairro do Varjão/Rangel, porque ali não se tinha jeito de melhorar. Os mesmos vizinhos que perturbavam impertinentemente o seu sossego com fofocas, intrigas, acusações e demandas banais endereçadas ao síndico, eram aqueles que se apresentavam como arautos de uma ordem social impessoal, silenciosa e discreta como projeto coletivo para o residencial.

O morador do apartamento 204, que ouvia amigavelmente, mas fazia questão de demonstrar apurmo e certa impassividade, concordava com a moradora do 201, mas dizia ser tudo uma questão de habilidade social para lidar com os vizinhos que contaminavam o residencial com seus padrões mais baixos de moralidade e cortesia. Assim que afirmou ser o bairro do Varjão/Rangel um lugar bom de morar, bem servido de ônibus e de comércio.

Neste ponto da conversa, a moradora do 201 assentiu, também concordando que o bairro tinha tudo e, de fato, era um bom lugar para se viver, apesar dos vizinhos que se esqueciam de fechar o cadeado da grade de entrada, quando não se davam o trabalho de deixá-la escancarada para todo tipo de coisa acontecer. E mesmo apesar dos engraçadinhos do bairro que de vez em quando faziam das suas contra o patrimônio do residencial e dos moradores.

Desde que não mexessem com ele, afirmava o morador do 204, se manteria disposto ao convívio social, demonstrando, em linguagem goffmaniana, uma presença normal e uma deferência para com todos os vizinhos. Aqui se entenda tal disposição para o encaixe na ordem social do residencial como esforço contínuo da desatenção civil, da cegueira diplomática e da segregação de papéis, sem o qual a heterogeneidade de estilos de vida e de identidades não caberia em um ambiente marcado pela desorganização normativa e pela pluralidade de papéis sociais.

Mas, também, cabe frisar, esta mesma disposição para se apresentar publicamente e intercambiar informações e afetos se manifestava no exercício da amizade como confiar e confessar-se ao outro relacional. Processos de cooperação, como a amizade, a dádiva e a solidariedade, em sentido amplo, são, por sua vez, corriqueiros no residencial, contribuindo para dirimir desavenças e estreitar as diferenças entre atores sociais que se entendem como relativamente iguais com relação a questões de poder social e, às vezes, de destino. Assim que o conflito e a solidariedade se mesclavam no cotidiano dos moradores do residencial.

As estratégias de evitação, tais como segregar informações sensíveis sobre o vizinho do lado, ou acordar tacitamente os horários em que cada morador pode legitimamente aparecer na varanda, nos corredores, ou mesmo para jogar o lixo fora, assumem o papel de diminuir o impacto das situações de copresença. Desta política de boa convivência se valiam abertamente as moradoras do apartamento 206, sem, contudo, deixar de manter uma postura relativamente agressiva quanto à defesa de suas formas egocêntricas de territorialidade.

Certa ocasião, o pesquisador pôde observar um encontro entre as moradoras do apartamento 206 com a moradora do apartamento 208. Tratava-se de uma situação deveras tensa, perpassada por silêncios e por uma discrição mal-contida que muito claramente indicava a urgência com que cada parte da interação buscava estratégias de deserção e técnicas de deriva e desvio de atenção (GOFFMAN, 2010) em face de uma troca de gentilezas forçada pela própria disposição arquitetônica do residencial.

A senhora do apartamento 208 se dirigia a casa, vinda de seu culto evangélico habitual nas terças-feiras. Trajava, neste sentido, a moda evangélica que lhe permitia o reconhecimento imediato de sua visão de mundo religiosa e tradicional. As moradoras do apartamento 206, por seu turno, estavam relativamente à vontade com seus trajés de

dormir. Uma das moças brincava com sua cachorrinha, enquanto a outra realizava a limpeza da frente do apartamento delas e de áreas adjacentes até o limiar da escadaria do residencial.

Os cumprimentos foram breves e frios, denunciando uma tolerância bastante frágil entre aquelas vizinhas. O fato, porém, do animal de estimação das moças ter invadido sorrateiramente a casa da senhora do apartamento 208, chegando a subir no sofá e morder uma peça de decoração, gerou um embaraço imediato. As moças, em reação, gritaram para o pesquisador, que ora se encontrava na soleira do apartamento 210 e lhe pediram para que trouxesse o animal de volta a casa.

A senhora, bastante embaraçada e desgostosa, havia perdido momentaneamente a fachada, mas rapidamente se recompôs da surpresa, preservando o silêncio e os gestos duros como expressão de seu orgulho e dignidade. Muito embora sua casa e parte de sua intimidade tivessem sido invadidas pelo descontrole das moças e pela presença do pesquisador, não se dispôs a entabular qualquer conversação, fechando-se rapidamente em seu apartamento.

Ali se manifestava uma das muitas fronteiras simbólicas entre os moradores, que, em disputas morais silenciosas e discretas, mas bastante agressivas e azeitadas por fofocas e intrigas, se afirmavam enquanto estilos de vida plurais em um ambiente estigmatizado e pessoalizado. Os ajuntamentos no Residencial X, neste sentido, podiam se mostrar bastante frágeis, conforme variavam as situações e ocasiões sociais com suas lógicas rituais específicas e seus conteúdos emocionais de medos, vergonha, amizade, raiva, etc. próprios.

O morador do residencial, se pode afirmar do material etnográfico discutido acima, se define e se apresenta como um indivíduo socialmente situado, mas também como um ator social reflexivo e responsável por suas próprias ações, linha e fachada¹.

¹Giddens (1991; 2002; 2009) em sua teoria sobre a estruturação social e da modernidade, discute a noção goffmaniana de encaixe/desencaixe, postulando que nos espaços interacionais modernos o risco social, nos mais variados formatos, se apresenta de maneira a abolir as certezas sobre o outro. Insiste também na necessidade de reflexibilidade como um movimento não só de controle do risco latente de desencaixe, mas também como uma forma de ler a si mesmo e ao outro relacional, delimitando o campo de suas próprias ações e configurando as linhas e fachadas adequadas ao

Além disso, mostra-se competente o suficiente para localizar a si e ao outro em situações específicas no interior do residencial, tanto quanto no interior do bairro e da cidade.

Contornando o insulto moral e a ameaça de quebra de confiança: breve etnografia de uma desculpa pública

O exercício cotidiano dos moradores do Varjão/Rangel e, por extensão, dos moradores do Residencial X, em lidar com as tensões e conflitos que constituem o seu local de pertença, aqui entendido como a própria rede de interdependência e sentidos objetificados que os aproxima como identidade coletiva, aponta para uma forma de lidar com a própria imagem, linha e fachada (GOFFMAN, 1988, 2010, 2012) de modo a evitar situações de insulto moral e de quebra de confiança. Trata-se, assim, de um sentimento de pertença perpassado por uma retórica ambígua de amor e ódio a um bairro de vínculos sociais engolfados, onde as subjetividades se encontram quase sempre submetidas ao desconforto da copresença e do compartilhamento oficioso de repertórios simbólicos segredados.

Bastante próxima dessa reflexão sobre o sentimento de pertença a um espaço interacional de tensões se encontra a noção proposta por Koury (2012a) sobre o sentimento de amizade, entendida como um vínculo social que promove intimidades possíveis asseguradas pela confiança mútua e pela garantia do segredo das intimidades confiadas: o amigo, assim, é um ser confessional. A amizade, como a pertença, torna-se problemática no mundo ocidental em razão do desaparecimento do mundo comum com a ascensão da economia monetária em um formato capitalista. O homem moderno se vê, assim, aprisionado em uma comunidade paradoxal, de estranhos, de indivíduos atomizados alheios à tradição: a metrópole.

A construção de vínculos de confiança em uma sociabilidade marcada por estilos de vida plurais torna-se, assim, problemática conforme avançam os processos de individualização e diferenciação social. O confiar no outro se configura, então, no âmbito

movimento para o outro e ou, simultaneamente, formulando estratégias de leitura das ações dos outros e de suas montagens de linhas e fachadas como respostas às suas ações ou como ações que devem ser assimiladas ou negadas de formas diretas ou indiretas nas negociações cotidianas em um ajuntamento, ou em uma situação, ou em uma ocasião social.

da lógica societária de uma sociedade complexa, como uma fonte de angústia (KOURY, 2014) e de preocupação para o indivíduo social que se desloca por níveis distintos da realidade social, mas que volta todos os dias para a sua vizinhança como um estranho (VELHO, 1973), acionando identidades múltiplas e atualizando códigos de moralidade que também se estancam mutuamente.

O giroscópio moral do bairro, ou seja, a vergonha cotidiana que caracteriza sua cultura emotiva e seus códigos de moralidade, tem por elementos norteadores a tensão que se estabelece entre o Varjão, enquanto símbolo de estigma que denota uma condição rural, interiorana, subalterna e subempregada, e o Rangel como objetificação de um projeto de modernização, citadino e comercial para o bairro. No Residencial X se repete a mesma lógica de controle social e de classificação hierárquica.

O espanto de uma criança, à entrada do residencial, que pergunta por um dos moradores e recebe como resposta um ‘Não o conheço!’ é traduzido imediatamente na assertiva “Você não é daqui, não!?”. O engolfamento que adjetiva aquela sociabilidade de intensa pessoalidade e estigma, esta parece ser para o pesquisador a leitura do morador do Residencial X sobre a normalidade normativa no residencial, pressupõe o desconhecimento do outro e das ações que ali se efetivam como um insulto moral bastante grave.

Uma das moradoras do Residencial X, neste sentido, buscou, desde o início da pesquisa, se diferenciar moralmente de outras moradoras, vizinhas de frente do seu apartamento, apontando para uma série de evidências que, no seu entender, comprometeriam a idoneidade moral das mesmas. Assim que narrava casos passados em que “acidentes” ocorreram na escadaria e nos corredores do prédio em razão da preguiça ou da sujeira de alguns dos vizinhos.

Esta moradora, conforme narrava pequenos trechos de sua biografia, abria o seu pequeno apartamento para melhor contar as histórias sobre sua vida de casada, sobre um passado que, segundo ela, ainda doía. Presenteou, ainda, o pesquisador com uma peça do seu melhor artesanato, sem, contudo, esquecer, é claro, o convite para o café. A dádiva oferta, desde então, se converteu em um elemento indispensável no processo de aproximação a esta moradora.

A música como elemento de trocas intersubjetivas é uma constante e toca alto todos os dias no Residencial X. Através dela é possível perceber os humores de cada

vizinho e confirmar sua presença de espírito: o excesso de visibilidade, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, permite um espaço mínimo de solidão, minimiza a necessidade de controle social.

O anonimato, a privacidade, o individualismo, são suplantados pela fofoca, pelo controle social, pelo constrangimento que a alteridade impõe ao indivíduo sempre reconhecido e capturado na hierarquia do sistema de posições do bairro e do residencial. A impessoalidade, neste sentido, aparece como um mecanismo de desculpa, ou, nas palavras de Werneck (2009, 2011), como um dispositivo de autodefesa em contextos de acusação, em que pairam sempre a possibilidade ocorrer de constrangimentos, embaraços e insultos morais.

Contextos estes que podem redundar no rompimento de vínculos sociais, na quebra da confiança, e que, por esta razão, devem ser administrados mediante a flexibilização da lógica societária. Flexibilização onde se institui uma zona de liminaridade, na qual a norma moral universal é circunstancializada, e da qual o ator social é resgatado e reagregado (TURNER, 1974) conforme se aceita a desculpa. A administração da face, do estigma propriamente dito que ronda o ator social desacreditável, tem na desculpa um operador ilógico capaz de minimizar a tensão entre princípio moral e ação social concreta, muito embora não logre transformar um símbolo de estigma em um símbolo de prestígio.

Um momento de constrangimento intenso, que avivou o estigma que paira sobre o morador do bairro do Varjão/Rangel frente a desconhecidos de outras partes da cidade de João Pessoa, como ainda era o pesquisador, então, se produziu quando uma tentativa de homicídio ocorreu às portas do residencial X. O corpo, quase morto, se distribuía no asfalto e, ao redor do mesmo, se colocavam os vizinhos de ruas cada vez mais distantes: crianças, mulheres com seus bebês de colo, adolescentes e jovens.

O reconhecimento mútuo gerava um clima de confiança e de compartilhamento de um sentimento de indignação moral contida em relação à polícia e aos paramédicos que lá aportaram. Mas, ao mesmo tempo, era um ambiente de confraternização e de fofoca. Do Residencial X, por exemplo, uma vizinha ligou para uma amiga de outra rua para avisar que avistara o ex-marido daquela no conglomerado em volta do corpo caído, que devia a pensão alimentícia do filho. Ao passo que a amiga informava que os

atiradores passaram “à toda” de moto pela frente de sua casa. O que era, por sua vez, repassado pelas vizinhas aos demais espectadores da cena.

Apesar do burburinho que caracterizava aquela cena, se buscava performatizar uma surpresa face àquela situação de ruído, homens armados e sangue escorrendo, ao pesquisador, tido como morador recente no bairro e no Residencial X. Uma das vizinhas chegou mesmo a afirmar que jamais presenciara algo semelhante no bairro, logo desmentida pelo filho de sete ou oito anos, que assegurava já ter visto mais de uma vez aquele tipo de cena. A desculpa dada, com o desmascaramento da afirmativa do filho, gerou, na informante, assim, um envergonhamento ainda maior.

Enquanto isso, saíam à rua mulheres de todas as direções com seus baldes, vassouras e outros produtos de limpeza para ‘re-normalizar’ e ‘re-normatizar’ o bairro. A cegueira diplomática como um processo de evitação para a preservação da fachada, de que fala Goffman (2012, p. 25), se apresenta aqui de forma bastante curiosa, uma vez que é praticada por todo um conjunto de moradores, ou mesmo por um ator coletivo que cuida em salvaguardar sua identidade enquanto grupo.

Esta cena mostra como estigma e intensa pessoalidade, uma vez combinados, geram momentos em que uma ‘comunidade’ se organiza para desculpar-se publicamente de ter rompido com a normatividade moral da cidade ou de um contexto societal mais amplo, devendo expiar-se do elemento desviante e superar esta fase de liminaridade mediante um ritual de reagregação à ordem: lavar o sangue da rua e encenar a não ocorrência do crime, que de fato não existiu legalmente. Aqui a ação coletiva dos moradores do Residencial X pode contornar uma cena que provavelmente desencadearia danos à reputação do bairro e da rua, dando azo a uma lógica de acusação, desfiguração e insulto moral àqueles moradores por parte da cidade de João Pessoa e de suas instituições.

Este mecanismo de administração da tensão que pesa sobre uma identidade desacreditável, neste caso, uma identidade também coletiva, demonstra como sentimentos de amizade e de pertencimento são atualizados em um contexto relacional acentuado na forma de desculpa, ou seja, como dispositivo moral que impede a quebra de vínculos sociais vulneráveis por um excesso de proximidade social: pelo engolfamento dos atores sociais em redes tão densas que a impessoalidade somente aparece como desculpa.

Insulto moral como exercício de envergonhamento e desfiguração do outro: a lógica da fofoca, do segredo e do oficioso nas interações cotidianas

O bairro do Varjão/Rangel se caracteriza, como enfatizado acima, por uma sociabilidade pautada na intensa pessoalidade e em um sentimento de estigma acentuado, evidenciado em uma identidade coletiva ambígua e ambivalente, mas, oportunamente manipulada por parte dos moradores enquanto atores sociais reflexivos que se deslocam em um sistema de posições complexo perpassado pela enorme dificuldade, em termos práticos, de anonimato. Ou seja, o intenso controle social mediante a fofoca e o ver e ser visto continuamente provocam uma situação em que o *envolvimento mútuo* muito dificilmente pode ser evitado, haja vista que as sanções impostas ao indivíduo que rompe com a lealdade do encontro ou com a obrigação de manter-se engajado podem ser bastante custosas (GOFFMAN, 2010, p. 195), gerando constrangimentos, embaraços e estigmas.

As práticas de evitação e as estratégias de preservação da fachada constituem formas de minimizar a dor social que os vínculos sociais, sempre tensos e processuais, infligem ao indivíduo na forma de vergonha cotidiana ou vergonha desgraça, mesmo que reconhecida ou ignorada. Scheff (1990), em diálogo com Sennet e Elias, define a vergonha como uma extensa família de emoções e como elemento regulador de outras emoções, como a ira e a humilhação.

A vergonha, compreendida como emoção que perfaz uma família de sentimentos correlatos (embaraço, humilhação, ressentimento), denota o enfraquecimento do vínculo social, podendo ser reconhecida ou desconhecida pelo indivíduo e pelo grupo. Quando desconhecida, a vergonha pode apresentar-se como não diferenciada (dor emocional falsamente nomeada) ou ignorada (dor disfarçada). A vergonha desconhecida torna-se problemática quando conduz a espirais intrapessoais ou interpessoais duradouros e sem limites naturais.

Neste sentido, as interações entre os indivíduos relacionais em jogo comunicacional podem enviesar-se em uma espécie de armadilha emocional. Armadilha esta caracterizada por emoções destrutivas não reconhecidas, inconscientes, vinculadas a um sentimento de vergonha original, e que se organiza em espirais de auto-perpetuação emocional. Tal armadilha emocional assume uma natureza contagiosa e se move em uma espiral crescente. Situação semelhante pode ser verificada no Residencial X, quando do

processo de reconfiguração moral por que vem passando desde que uma nova liderança administrativa vem tentando se estabelecer e impor novas etiquetas para o convívio cotidiano entre os moradores.

Este processo de reorganização moral, deveras tenso e conflitual, do Residencial X partiu a princípio do casal de moradores do apartamento 103, no andar térreo. Em uma rápida investida, o casal conseguiu mobilizar os seus vizinhos do lado e convencê-los da urgência de mudanças estruturais no prédio e no comportamento de todos os demais vizinhos. Logo chegava a todos os apartamentos uma carta-convite, escrita no mais rebuscado estilo jurídico de afronta e urgência, informando das condições precárias do prédio e da necessidade de “moralizar” a convivência vicinal.

Iniciava, assim, uma dinâmica de acusação dos moradores que atrasavam o pagamento do condomínio; que faziam uso da música alta; que esqueciam as grades do prédio abertas; que “esqueciam” as lâmpadas dos corredores acesas ou depositavam provisoriamente o lixo diário nos corredores; que “abusavam” do espaço no varal que correspondia a cada apartamento; entre outras queixas que partiram dos proprietários sobre eles mesmos, mas também, e principalmente, sobre os locadores dos apartamentos de terceiros. Esta divisão entre moradores proprietários e moradores locadores, que, em linhas gerais, se repete no fato de os primeiros morarem no térreo e os demais no andar superior do Residencial X, era oportunamente articulada pelos locadores para rebater as acusações contidas nas *propostas de melhoria do residencial*, interpretadas como claros insultos morais.

Na fala dos moradores do Residencial X, principalmente dos locadores, é recorrente à alusão de que estão ali no Varjão/Rangel somente de passagem. Neste sentido, as acusações de que eles representavam a moralidade estigmatizada do bairro e que, por conseguinte, eram vistos como elemento de impureza e de contágio de uma suposta *má-educação* ou *déficit civilizatório*, gerou um ressentimento em relação às imagens que tinham de si mesmos como pessoas morais que estavam, mas não pertenciam à sociabilidade e à cultura emotiva daquele lugar.

Em paralelo ao fato de estarem ressentidos, muitos dos moradores começavam a articular uma retórica de indignação moral que, em uma primeira fase, se organizava como retirada dos espaços comuns do residencial, mas que, em um segundo momento, tramava intrigas e espalhava fofocas sobre os moradores que tinham levado a cabo aquele

processo de envergonhamento e desfiguração da imagem do residencial e de alguns moradores em particular. Não tardou muito e, dentro de duas ou três semanas, muitas das propostas de “moralização” do Residencial X foram sistematicamente boicotadas.

Cardoso de Oliveira (1996, 2008, 2011), em sua análise sobre a fenomenologia do fato moral, enfatiza o papel do insulto, do ressentimento e da indignação moral, bem como da obrigação moral de que estas emoções assumam uma retórica própria de desculpa e acusação no espaço público. Neste sentido, o autor afirma que o insulto moral implode os limites de uma relação diádica e se lança ao terceiro elemento da forma social, ou seja, o insulto moral se caracteriza pelo seu potencial de envergonhamento e de desfiguração do outro, de modo a desconsiderá-lo publicamente, atingindo sua reputação.

O argumento de Cardoso de Oliveira sobre o insulto moral enquanto experiência de vergonha e de dor, em uma leitura simmeliana e goffmaniana, se aproxima bastante da análise de Goudsblom (2009) sobre a vergonha como dor social que se quer evitar mediante a salvaguarda do *self* e a preservação dos vínculos sociais. Esta assertiva, por sua vez, complementa a tese de Scheff (1990) acima esboçada sobre a vergonha como emoção mestra e reguladora de outras emoções como a raiva e a ira.

Assim se exprime Goudsblom:

“A vergonha ocorre quando os laços de solidariedade e hierarquia são danificados. Isto é sempre desagradável e doloroso. [...] a vergonha é um sinal de que há algo errado em uma figuração social. [...] A do social é social em um sentido duplo: é infligida socialmente pelas pessoas que “envergonham” (como punição), e demonstrado socialmente pela pessoa que é envergonhada (como expiação)”. (GOUDSBLOM, 2009, p. 56).

A situação de disputa moral no Residencial X, acima descrita, pode ser lida a partir das noções de armadilha emocional e de relações enviesadas que Scheff desenvolve em seus estudos sobre a vergonha cotidiana e a vergonha desgraça. A etnografia do residencial parece apontar para a intensa pessoalidade e para o estigma que caracterizam a cultura emotiva do bairro como elementos que potencializam essa situação de engolfamento das relações, o que muito facilmente leva a uma dinâmica de trocas de insultos morais entre vizinhos.

Interessante enfatizar, ainda, é o fato de que a identidade ambígua e ambivalente dos moradores do Varjão/Rangel, e, por conseguinte a do morador do Residencial X, produz o efeito curioso de borrar as barreiras simbólicas entre as pessoas boas e más (HUGHES, 2013). Esta situação de crise perpétua se verifica nas formas de desculpa e acusação articulada na retórica de ressentimento dos moradores, sejam proprietários ou locadores de apartamentos, já que todos se encontram ali *somente de passagem*.

O estigma da identidade Varjão, Rangel, ou mesmo Varjão/Rangel, contamina toda a sociabilidade, a cultura emotiva e os códigos de moralidade do bairro, fazendo o morador oscilar entre um discurso de amor e ódio em relação a um local de pertença, de projetos, de amizades e intrigas, de uma memória de passado a partir da qual se organiza todo o sentido de viver na cidade de João Pessoa. Mas um local que se quer também abandonar e que é sentido como opressivo justamente pela razão que o faz tão familiar e querido: a intensa pessoalidade que faz da fofoca, da intriga e do insulto moral as práticas corriqueiras de envergonhamento e de desfiguração do outro.

A fofoca se apresenta como mecanismo poderoso e eficiente de controle, constrangimento, amedrontamento e envergonhamento do outro. A lógica societária, portanto, objetificada em valores, códigos de conduta e comportamento e em um repertório simbólico específico respaldado pelas instituições políticas, econômicas e principalmente religiosas, age coercitivamente no sentido de subordinar a individualidade (ELIAS, 2000; MOORE Jr., 1987).

É curioso como, neste sentido, se colocou como unanimidade, entre os moradores do bairro e do Residencial X, a aversão e a negação em participar da vida do outro enquanto instância de controle mediato e imediato. Este fenômeno, porém, podia ser constatado cotidianamente nos ajuntamentos e situações da sociabilidade do Varjão/Rangel. Os vizinhos costumam se reunir nas calçadas para as conversas cotidianas; para as mais variadas formas de lazer, como o carteadado, o dominó, as rodas de cerveja e outros; para as compras do dia no mercado público, nos supermercados e padarias; para freqüentar as igrejas, para ir à praça e para comer nos restaurantes do bairro.

Em síntese, a sociabilidade do bairro se encontra em constante movimentação. O que se ouviu e observou entre os moradores, porém, é que eles estavam sempre ocupados para a convivência com os vizinhos e pessoas do bairro; que não viviam nas portas dos

outros; e que não tinham nada a dizer das atividades cotidianas de suas respectivas ruas, de sua vizinhança e, por fim, do bairro.

A fofoca, nas falas dos moradores, era sempre classificada de ofensa moral ou como rede de intrigas. Por ofensa moral, Cardoso de Oliveira (1996, 2008, 2011) entende ações que claramente desconsideram ou constroem o outro relacional de uma perspectiva ético-moral, sem, contudo, adentrarem em uma dimensão jurídico-legal de administração dos conflitos sociais. Por esta razão, a ofensa ou o insulto moral permanece no âmbito mais pessoal e informal do jogo interacional, configurando pequenos gestos e insinuações que buscam, em linguagem goffmaniana, desfigurar o outro a quem se dirige a ofensa. Trata-se, desta forma, de uma estratégia sutil e muitas vezes subliminar de amedrontar e envergonhar o outro, lançando-o em uma situação de perda da face e de intenso desconforto interior.

As redes de intriga tecidas pela fofoca atuam no sentido do rebaixamento moral e ou do controle do outro, regulando, por exemplo, o mercado de dádivas e favores que se estabelece a partir das hierarquias visíveis e invisíveis configuradas no cotidiano das interações. A este propósito Oliveira e Ribeiro (2008, p. 187) se referem ao fenômeno do agrado como base de um sistema de cooperação pautado em relações de reciprocidade entre vizinhos. Fenômeno este continuamente exposto a quebras de confiança que produzem, nas palavras da autora, “[...] um abalo nas relações de reciprocidade e no sistema de cooperação”.

O ato de fofocar e as redes de intriga por ela formadas, contudo, aparecem de forma ambivalente: tanto unem quanto separam os moradores do Varjão/Rangel e do Residencial X. Unem porque significam um fluxo importante de trocas simbólicas, em que as redes de solidariedade desempenham seus papéis em processos de ajudas mútuas e de construção de projetos e identidades comuns. Separam quando se cristalizam centros difusores de informação e conformação de práticas e condutas sociais, hierarquias diferenciadas que alicerçam o poder social local. Poder este sempre embasado nos medos e na vergonha como as emoções centrais de uma sociabilidade, cultura emotiva ou moralidade dada (ELIAS, 2000).

Este forte mecanismo de coesão e coerção social, a fofoca e suas redes de intriga, causam em forma de insulto moral um mal-estar reiteradamente pronunciado pelas senhoras entrevistadas no bairro. Elas se queixam do envergonhamento resultante da

fofoca que devassa as histórias de vida e seus segredos, forçando-as a adentrar em um nível maior de cumplicidade e compromisso com a rua, com a vizinhança, e com o bairro, não sempre almejado pelo indivíduo social que tem sua vida exposta. As queixas, porém, não impediam que cada uma delas estivesse inteirada dos canais informais de informação entre vizinhos.

O anonimato, a privacidade, o individualismo, são suplantados pela fofoca, pelo controle social e pelo constrangimento que a alteridade impõe ao indivíduo sempre reconhecido e capturado na hierarquia do sistema de posições do bairro e que, de uma forma ou de outra, influenciam as trocas simbólicas no interior do Residencial X. A retórica da impessoalidade, no âmbito da retórica do ressentimento já descrita aqui, aparece, neste sentido, como um mecanismo de desculpa, ou, nas palavras de Werneck (2009, 2011, 2011a, 2012), como um dispositivo de autodefesa em contextos de acusação e crise onde os bons e os maus dificilmente podem ser diferenciados moralmente (HUGHES, 2013).

Uma situação que colocou o Residencial X em polvorosa por algumas semanas foi o fato de um casal de vizinhos, os moradores do apartamento 209, costumarem se agredir física e moralmente, gerando escândalos que facilmente adentravam os corredores do residencial. Tratava-se de um casal bastante jovem com um bebê recém-nascido que não ficou mais do que três meses como morador. A razão para que eles deixassem o residencial, segundo algumas vizinhas com quem o pesquisador pode conversar, se devia ao apedrejamento do carro deles, quando estacionado à noite. Não bastasse isso, se comentava, ainda, pelos corredores, a ocorrência de uma agressão anônima contra o patrimônio dos mesmos: alguém que passava pela rua teria atirado uma lata de tinta sobre o carro.

Inquiridas sobre o porquê de não se ter acionado a polícia para a resolução do caso discutido acima, uma das vizinhas argumentou secamente que se tratava de assunto privado, e que não se devia meter a *colher* em assuntos de marido e mulher. Além disso, trazer a polícia para o Residencial X significaria expandir ainda mais as fronteiras daquele escândalo, ainda que se tratasse, legalmente, de um crime. Interessante notar, porém, que esta mesma vizinha foi pródiga em fofocar sobre a separação recém-ocorrida do casal morador do apartamento 205. Segunda ela, teria se tratado de um caso de traição conjugal sabido por todos os vizinhos do Residencial X e por muitos outros moradores

do Varjão/Rangel. Cabe ressaltar aqui o tom de sarcasmo e jocosidade com que a vizinha relatava o ocorrido, não poupando uma linguagem corporal específica para ilustrar uma cena de “*chifre*” e “*traição aberta*”.

O insulto moral e a quebra de confiança que ocorrera na relação diádica do casal, assim, se prestava como tema de fofoca e intriga para a retórica de envergonhamento e desfiguração do outro no Residencial X. O terceiro elemento da relação e a multidão repetiam, com efeito, o impacto emocional doloroso e estigmatizante da separação do casal, agora transformado em um segredo de polichinelo e elemento de acusação, hierarquização e disputa moral.

As agressões sofridas pela moradora do apartamento 209, da mesma forma que o ocorrido com a moradora do apartamento 205, em nenhum momento foram ignoradas ou invisibilizadas, mas tratadas, também, segundo a lógica do oficioso (BOLTANSKI, 2012). Ou seja, o tema era amplamente comentado nos corredores do Residencial X, ao qual se buscava administrar como elemento potencialmente desabonador da reputação dos moradores.

A lógica do envergonhamento e da desfiguração do outro, bem como a do insulto moral, portanto, pode ser articulada por uma coletividade que busca se proteger de uma possível desqualificação ou desconsideração de sua imagem pública. A interferência do poder coercitivo do estado como terceiro elemento mediador das disputas morais privadas, neste sentido, pode vir a ser temida e evitada, como no caso etnografado no Residencial X, em razão do potencial desta interferência em tornar público bens simbólicos segredados em uma dimensão legal da vida civil, muito embora conhecidos por todos na esfera moral das experiências e trocas simbólicas cotidianas.

A lógica actancial na dimensão estrutural das relações cotidianas, entendida por Cardoso de Oliveira (2011) e outros autores (BOURDIEU, 1971; RIVERS, 1971) como a esfera legal da administração dos conflitos sociais (SIMMEL, 1983, 1983a), parece querer abarcar a dimensão da *communitas* (TURNER, 1974), onde se percebe uma lógica oficiosa de segredos, silêncios, fofocas, intrigas e interditos. Estes elementos denotam não somente uma paleta de repertórios simbólicos próprios de uma sociabilidade, cultura emotiva e moralidade, mas também a própria natureza dos vínculos sociais engolfados em situações de intensa pessoalidade e estigma.

Nestes cenários tensos o insulto moral se articula como ameaça sempre à espreita da quebra de confiança no outro relacional demasiadamente próximo e semelhante. Ameaça esta que gera toda uma lógica interacional de desculpas e acusações, de envergonhamento e desfiguração do outro, e, enfim, de ocultar-se e revelar-se oportuna e reflexivamente de modo a lidar com as redes de intrigas e fofocas que cruzam um espaço interacional marcado pela intensa pessoalidade e pelo estigma: o Residencial X, no Varjão/Rangel.

Considerações Finais

Este artigo buscou discutir o cotidiano dos moradores do Residencial X, localizado no bairro do Varjão/Rangel, na cidade de João Pessoa, a partir dos conceitos de insulto moral e de quebra de confiança. Tratou-se, assim, de um esforço analítico na interface da antropologia das emoções, da antropologia da moralidade e da antropologia urbana. O objetivo em questão foi o de etnografar a retórica do insulto moral e da quebra de confiança entre vizinhos em uma situação de intensa pessoalidade e estigma, de modo a perceber como os fenômenos da fofoca, da intriga, da desfiguração e do envergonhamento do outro podem vir a articular a fenomenologia do fato moral, entendida por Cardoso de Oliveira (1996) como as emoções do ressentimento e da indignação moral manifestas em um formato de exteriorização obrigatória que põe em conflito as esferas da estrutura e da *communitas* de uma sociabilidade dada.

Referências

- BARBOSA, Raoni Borges. Estigma e intensa pessoalidade: Uma análise compreensiva dos rituais de interação em um residencial de um bairro popular. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 13, n. 38, pp. 153-168, Agosto de 2014.
- BRITO, Simone Magalhães. Traçando os limites da sociologia da moralidade: uma perspectiva adorniana. *Estudos de Sociologia*, v.1, n.17, pp. 1-17, 2011.
- BOLTANSKI, Luc. As dimensões antropológicas do aborto. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.7, 2012, pp. 205-245.
- BOURDIEU, Pierre. Sentimento da honra na sociedade Cabília. In J.G. Peristiany (org.). *Honra e Vergonha: valores das sociedades mediterrânicas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, pp. 157-195.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Justiça, Solidariedade e reciprocidade: Habermas e a Antropologia. In: Roberto Cardoso de Oliveira & Luís Roberto Cardoso de Oliveira: *Ensaio Antropológico sobre Moral e Ética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, pp. 143-158.

- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Existe violência sem agressão moral? *RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 2, n. 67, 2008.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- COELHO, Cláudia. Narrativas da violência: a dimensão micropolítica das emoções. *MANA*, 16 (2): 265-285, 2010.
- ELIAS, Norbert / Scotson, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*, Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- GIDDENS, Anthony. Goffman: um teórico social sistemático. In: Maria Claudio Coelho (Org. e tradução). *Estudos sobre interação: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, pp. 285-327.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.
- GOFFMAN, Erving. *Comportamento em lugares públicos*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- GOFFMAN, Erving. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- FONSECA, Cláudia. Família, fofoca e honra: Etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- GOUDSBLOM, Johan. A Vergonha: uma dor social. In.: Ademar Gebara/ Cas Wouters (Orgs.) *O controle das emoções*. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2009, p. 47-60.
- HUGHES, Everett C. As boas pessoa e o trabalho sujo. In: Maria Claudio Coelho (Org. e tradução). *Estudos sobre interação: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, pp. 91-108.
- KATZ, Jack. Massacre justo. In: Maria Claudio Coelho (Org. e tradução). *Estudos sobre interação: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, pp. 211-284.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. As violências invisíveis na Paraíba – 1993. *Política & Trabalho*, n. 8/10, pp. 3-12, 1994.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Da indiferença: fotografia e morte pública. *Política & Trabalho*, n. 11, 1995.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Medos corriqueiros: a construção social da semelhança e da dessemelhança entre os habitantes das cidades brasileiras na contemporaneidade*. Projeto de Pesquisa, GREM/DCS/UFPB, 2000.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Confiança e sociabilidade. Uma análise aproximativa da relação entre medo e pertença. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v.1, n. 2, pp. 171-206, Agosto de 2002.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Medos Corriqueiros, vida cotidiana e sociabilidade. *Política & Trabalho – Revista de Ciências Sociais*, n. 18, pp. 09-21, 2002a.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Medos Corriqueiros e Sociabilidade*. João Pessoa: Edições GREM / Editora Universitária UFPB, 2005.

- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Viver a cidade: um estudo sobre pertença e medos*. *RBSE - Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, vol. 4, n. 11, pp. 148-156, Agosto de 2005a.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *O vínculo ritual*. João Pessoa: EdUFPB, 2006.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Identidade e pertença: estilo de vida e disposições morais e estéticas em um grupo de jovens. *Revista Rua Online*, v.1, n. 14, pp. 36-62, Agosto de 2008.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *De que João Pessoa tem Medo? Uma abordagem em Antropologia das emoções*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008a.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Pertencimento, Medos Corriqueiros e redes de solidariedade. *Sociologias*, v. 25, n. 12, pp. 286-311, 2010.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Medos Corriqueiros urbanos e mídia: o imaginário sobre juventude e violência no Brasil atual. *Revista Sociedade e Estado*, v. 26, n. 3, pp. 471-485, 2011.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Análise de um bairro considerado violento na cidade de João Pessoa, Paraíba: Solidariedade e conflito nos processos de interação cotidiana sob intensa pessoalidade*. (Projeto MCTI/CNPq, N° 14/2012). João Pessoa: GREM, 2012.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Amizade e Modernidade. *RBSE - Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 11, n. 32, pp. 346-360, Agosto de 2012a.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Solidariedade e conflito nos processos de interação cotidiana sob intensa pessoalidade*. Córdoba, Argentina, Anais do X RAM em CD-ROM, 2013.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro; Marcela Zamboni; Simone Magalhães Brito. Como se articulam vergonha e quebra de confiança na justificação da ação moral. In: *Dilemas: revista de estudos de conflito e controle social*, v. 6, n. 2, pp. 251-268, Abril-Junho 2013.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Estilos de vida e Individualidade: Ensaios em Antropologia e Sociologia das Emoções*. Curitiba: Appris, 2014.
- MOORE Jr., Barrington. *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PIRES, Álvaro P. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: Jean Poupart et al. *A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2010, pp. 43-94.
- PRADO, Rosane M. Cidade pequena: Paraíso e inferno da pessoalidade. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, n. 4, pp. 31-56, 1998.
- RIVERS, Pitt. Honra e posição social. In: J. G. Peristiany: *Honra e Vergonha: Valores das sociedades mediterrâneas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, pp. 11-60.
- SCHEFF, Thomas J. *Microsociology: discourse, emotion and social structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

SCHEFF, Thomas. J. Três pioneiros na sociologia das emoções. *Política & Trabalho – Revista de Ciências Sociais*, n. 17, pp. 115 a 130, 2001.

SCHEFF, Thomas J. Shame and Community: Social Components in Depression. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 7, n. 19, pp. 7-30, 2008.

SCHEFF, Thomas J. Desvendando o processo civilizador: vergonha e integração na obra de Elias. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 35, pp. 637-655, 2013.

SCHEFF, Thomas J. Vergonha no self e na sociedade. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 35, pp. 656-686, 2013a.

SCHEFF, Thomas. J. A repressão da vergonha. *RBSE - Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 13, n. 37, pp. 10-18, 2014.

SIMMEL, Georg. O indivíduo e a díade. In: Fernando Henrique Cardoso & Octávio Ianni (Orgs). *Homem e Sociedade*. 5ª edição, São Paulo: Editora Nacional, 1970, pp. 128-135.

SIMMEL, Georg. A determinação quantitativa dos grupos sociais. In: Evaristo de Moraes Filho (Org.). *Georg Simmel: Sociologia*. São Paulo, Ática, 1983, pp. 90-106.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: Evaristo de Moraes Filho (Org.). *Georg Simmel: Sociologia*. São Paulo, Ática, 1983a, pp. 122-134.

SIMMEL, Georg. A tríade. In: Maria Claudio Coelho (Org. e tradução). *Estudos sobre interação: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, pp. 45-74.

TRAJANO FILHO, Wilson. Território e idade: ancoradouros do pertencimento nas manjuandadis da Guiné-Bissau. In: Wilson Trajano Filho. *Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional*. Brasília: ABA Publicações / Ed. Athalaia 2010, pp. 227-257.

TURNER, Victor. *O Processo Ritual*. Petrópolis: Editora Vozes, 1974.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

WERNECK, Alexandre. *O invento de Adão: O papel do ato de dar uma desculpa na manutenção das relações sociais*. Tese. IFCS/UFRJ, 2009.

WERNECK, Alexandre. O egoísmo como competência: um estudo de desculpas dadas nas relações de casal como forma de coordenação entre bem de si e moralidade. *Revista de Antropologia*. 1(54): pp.133-190, 2011.

WERNECK, Alexandre. A velhice como competência de efetivação de ações moralmente questionadas: Situações em supermercados no Rio de Janeiro. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 10 (28): pp. 14-46, 2011a.

WERNECK, Alexandre. A contribuição de uma abordagem da moral para a sociologia do conflito. In: Conflitos de (grande) interesse: estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, pp. 337-354.